

A circulação polêmica das fórmulas “educação sexual” e “sexo seguro”¹

(The polemical circulation of the formulas
“sexual education” and “safe sex”)

Marcela Franco Fossey¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade de Campinas (Unicamp)

marcela.ff@gmail.com

Abstract: Sexual education is a polemical theme. In our society, there are at least two discursive positions related to this theme, which are in confrontation in order to decide which one is the most qualified to instruct the citizens about a proper and healthy sexual conduct: a secular and a catholic. In this article, it is presented an analysis of how the formulations “sexual education” and “safe sex” are appropriated by these two positions and how they are transformed and adapted according to criteria which arise from the semantics of each one of them. In this study, the theoretical proposals of Maingueneau (2005 [1984], 2006) and Krieg-Planque (2010 [2009]) are considered.

Keywords: discursive formula; polemics; sexual education; safe sex.

Resumo: A educação sexual é um tema polêmico. Em relação a este tema, há, em nossa sociedade, pelo menos dois posicionamentos discursivos em confronto para decidir quem está mais apto a instruir os sujeitos a respeito de uma conduta sexual sadia e adequada: um laico e um católico. Neste trabalho, apresento uma análise do modo como as formulações “educação sexual” e “sexo seguro” são apropriadas por esses dois posicionamentos e como elas são transformadas e adaptadas segundo critérios derivados da semântica de cada um deles. Para tanto, recorro aos trabalhos de Maingueneau (2005 [1984], 2006) e Krieg-Planque (2010 [2009]).

Palavras-chave: fórmulas discursivas; polêmica; educação sexual; sexo seguro.

Introdução

A noção de fórmula e a ideia de que frases, *slogans* e formas cristalizadas da língua em geral podem constituir *corpora* relevantes para analistas do discurso têm sido aspectos centrais em diversos trabalhos desenvolvidos nos últimos anos. Ainda que meu *corpus* não seja composto por fórmulas propriamente ditas, elas exerceram uma função essencial no processo de identificação de dois posicionamentos discursivos cujos textos viriam a compor meu material de análise. Como propõe Maingueneau (2009), as fórmulas podem ser verdadeiras “portas de entrada”, vias que nos conduzem a conjuntos de textos que estão associados a certos discursos, muitas vezes conflitantes.

Assumo, aqui, o conceito de fórmula tal como proposto por Krieg-Planque (2010 [2009]). Para a autora, circulam no espaço público formulações, sintagmas, frases curtas, *slogans*, sequências verbais – enfim, formas cristalizadas que materializam questões políticas e sociais. Por essa razão, as fórmulas são objetos de disputa e, portanto, constitutivamente polêmicas e investidas de uma existência primordialmente discursiva. Segundo essa proposta, não existe fórmula em si – o que faz com que uma série de palavras/sintagmas/frases

¹ * Apoio: FAPESP - Processo 2008/53363-5.

curtas acessem um “estatuto formulaico” é o uso que delas é feito. São as práticas languageiras de um determinado espaço e tempo que possibilitam que esses elementos da língua se cristalizem, se tornem notórios e pontos de condensação semântica que sinalizam discursividades típicas de uma sociedade, de um espaço público. Assim, segundo essa proposta, para que uma determinada sequência² seja reconhecida como fórmula, é preciso que ela possua as seguintes propriedades: (i) um caráter cristalizado; (ii) uma dimensão discursiva; (iii) funcione como um referente social e (iv) comporte um aspecto polêmico.

É interessante dizer que, antes mesmo de ter acesso a esse tratamento teórico dado a pequenas e densas sequências textuais, foram elas que, em boa medida, sinalizaram a existência de uma relação polêmica a respeito do que seja uma prática sexual adequada. Definindo, inicialmente, que meu tema de pesquisa seriam os discursos sobre o sexo que circulam atualmente na nossa sociedade, muito rapidamente percebi a inutilidade metodológica desse recorte temático. Porém, no interior desse vasto território, chamou atenção a frequência com que me deparava com certas formulações: *sexo seguro, conduta sexual responsável/sadia, saúde sexual e reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos*. Fui, assim, conduzida a um espaço discursivo em que as questões todas parecem girar em torno da *educação sexual* que é preciso oferecer às pessoas, para que possam saber como viver plena e responsabilmente a sexualidade, e da divulgação da prática do *sexo seguro*, para que jovens e adultos sexualmente ativos não mais adoeçam. Desta perspectiva, a sexualidade é considerada um direito humano básico e a garantia das condições para que a pessoas exerçam a sexualidade de maneira responsável e segura instaurou-se como um dever de todo governo comprometido com os direitos humanos e com o bem-estar de sua população. Tendo em mente este critério temático, selecionei um conjunto de textos, de diversos gêneros (apostilas, manuais, campanhas publicitárias) voltados para professores, profissionais da saúde e público em geral (jovens e adultos) e que foram produzidos pelo governo federal brasileiro (Ministério da Saúde e Ministério da Educação) desde meados da década de 1990 com o objetivo de instruir os indivíduos a respeito de práticas sexuais seguras para si e para os outros membros da coletividade.

No entanto, um novo conjunto de formulações levou-me à constatação de que essa “postura laica” frente às práticas sexuais dos indivíduos não estava sozinha nesse espaço discursivo. *Educação para o verdadeiro significado da sexualidade, educação para o amor e a reta vivência da própria sexualidade, sábia pedagogia familiar, informação sexual cuidadosamente limitada, formas perniciosas de educação sexual, roleta russa do sexo seguro* são termos que mostram, na superfície discursiva, uma relação conflitante entre dois discursos a respeito das práticas sexuais dos indivíduos.

De fato, a Igreja Católica, aparentemente em resposta à proposta laica de educação sexual, começou a fazer circular documentos que também tratam da sexualidade humana, porém de outra perspectiva. Dentro da doutrina católica, o sexo está primordialmente associado à procriação – ou à geração de uma nova vida –, o que está, por sua vez, associada ao conceito de família composta por um homem e uma mulher unidos pelos laços do matrimônio. Nessas condições, e apenas nessas, o sexo pode ser praticado. Assim, ideias como as de sexo seguro ou de contracepção são duramente criticadas pela Igreja, que propõe outras condutas para que as pessoas vivam sua sexualidade de maneira adequada:

² A respeito dos tipos de sequências que são consideradas e os critérios levados em conta, ver Krieg-Planque (2010 [2009], cap. 4).

castidade fora do casamento e fidelidade no matrimônio. Para divulgar essa postura diante da proposta laica, muitos textos focados em aspectos da sexualidade humana passaram a ser produzidos pelo Vaticano e também pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a partir da década de 1990.

Diante desse cenário, pude propor, finalmente, a delimitação de um espaço discursivo em que há, pelo menos, dois posicionamentos em confronto – que chamei de “laico” e de “católico”. Cada um deles se considera o mais apto a orientar as pessoas sobre *práticas sexuais seguras e adequadas*.

Foi, assim, graças à circulação das sequências verbais “sexo seguro” e “educação sexual” – e de outros termos que estão diretamente associados a elas, como *sexualidade humana* e *direitos sexuais e reprodutivos* – que pude determinar um contorno específico dentre as tantas formas de falar sobre sexo em nossa sociedade.

Seguindo esses critérios, o *corpus* desta pesquisa foi formado por textos coletados nos *sites* do Vaticano e da CNBB (para representar o posicionamento católico)³ e do Ministério da Saúde e da Educação (para representar o posicionamento laico)⁴.

Duas semânticas globais em confronto

Feita a delimitação desses dois posicionamentos discursivos, a etapa seguinte da pesquisa tem sido a de descrever, em termos de uma *semântica global* (MAINGUENEAU, 2005 [1984]), cada um desses discursos e como se dá a relação polêmica entre eles. A noção de semântica global constrói-se, basicamente, a partir da refutação da ideia de que o discurso se organiza em camadas: primeiro um tema, depois um gênero, depois um vocabulário, até que se chegue à totalidade de um texto. Ao invés de um esquema como esse, a proposta é de que tudo emerge simultaneamente, de acordo com uma semântica global. Nesse contexto, o discurso, em todas as suas dimensões, é global e simultaneamente causa e efeito de um sistema de restrições semânticas.

Mas a proposta é ainda mais radical: essa grade semântica não organiza apenas aquilo que diz respeito a um determinado discurso (os temas específicos, seu modo de circulação, os temas abordados, etc.). Ela estabelece, também, as regras de *interincompreensão generalizada* que existe entre dois posicionamentos em disputa em um dado espaço discursivo – como parece ocorrer com os discursos laico e católico. Em outras palavras, o sistema de restrições semânticas não estabelece apenas o que pode e deve ser dito e como tais enunciados devem ser materializados e postos em circulação pelos sujeitos que aderem a um dado posicionamento, mas também o seu modo de coexistência com outros posicionamentos do campo do qual fazem parte.

O discurso será, assim, a articulação de um sistema de restrições semânticas com o conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema, em uma conjuntura histórica específica. Uma proposta como essa pressupõe uma metodologia de pesquisa, que pode ser resumida da seguinte forma: a partir de um conjunto finito de enunciados representativo de um discurso – o *corpus* de pesquisa propriamente dito – é possível “extrair” um conjunto de regras que subjazem a esses enunciados. Esse conjunto de regras, poucas

³ www.saude.gov.br e www.mec.gov.br, respectivamente.

⁴ www.vatican.va e www.cnbb.org.br, respectivamente.

e simples, compõe o sistema de restrições semânticas próprio de um discurso. A “incorporação” desse sistema de regras por sujeitos que aderem ao discurso os tornarão “capazes” tanto de produzir e reconhecer os enunciados compatíveis com seu posicionamento discursivo, quanto de recusar aqueles provenientes de posicionamentos antagonistas. Assim, essa *vocação enunciativa* de que são dotados os enunciadores de um dado discurso resulta exatamente da assimilação, em boa medida inconsciente, desse sistema de restrições.

Considerando tal embasamento teórico, novamente as fórmulas “sexo seguro” e “educação sexual” têm conduzido a “descobertas”, por assim dizer, relevantes. O modo como essas formulações são apropriadas e colocadas para circular pelos sujeitos aliados aos discursos laico e católico tem revelado traços importantes de suas semânticas. Isso porque elas funcionam como pontos de condensação da relação polêmica, isto é, é a partir do que cada um dos posicionamentos em questão entende por *sexo seguro* e *educação sexual* que toda a polêmica se organiza. Em outros momentos, Igreja e Estado eventualmente se conciliarão – em trabalhos sociais contra a fome ou mesmo no tratamento de pessoas infectadas pelo HIV. No entanto, quando se trata de definir uma proposta de educação sexual adequada, a divergência é inevitável e violenta.

Lei, verdade e Direitos Humanos

A educação sexual, da perspectiva laica, tem basicamente duas frentes: uma social, cuja atuação se dá através da elaboração de leis e do debate público de questões associadas à sexualidade. Essa frente busca fazer valer o direito de todas as pessoas exercerem sua sexualidade de forma segura e livre de violência e discriminações sociais. Para tanto, o Estado lança mão de vários materiais educativos em que a sexualidade é definida em termos de direitos humanos:

- (01) A garantia dos **direitos sexuais** e dos **direitos reprodutivos** dessa população [de adolescentes e jovens] é uma questão de **direitos humanos** [...] (*Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*)⁵
- (02) O Governo brasileiro pauta-se pelo respeito e garantia aos **direitos humanos**, entre os quais se incluem os **direitos sexuais** e os **direitos reprodutivos**, para a formulação e a implementação de políticas em relação ao planejamento familiar e a toda e qualquer questão referente à população e ao desenvolvimento. (*Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma prioridade do governo*)

A outra frente é a médica, responsável pela divulgação entre a população de métodos anticoncepcionais e de planejamento familiar e, muito fortemente, pela divulgação da prática do sexo seguro – que é uma das bandeiras principais da proposta laica. As duas frentes se relacionam profundamente, e certamente são interdependentes: segundo o Estado, possibilitar que todos possam fazer escolhas baseadas em um conhecimento formalmente adquirido a respeito de sua sexualidade – o que deve ser garantido por lei – é a forma mais eficaz de combater a violência sexual (seja ela contra homossexuais, mulheres ou crianças), o contágio por doenças, gravidez indesejada, etc. Nesse sentido, a não distribuição de preservativos entre a população sexualmente ativa, por exemplo, é vista, da perspectiva laica, como uma forma de violência.

⁵ Informações completas referentes aos textos do *corpus* analisado neste trabalho encontram-se nas Referências Bibliográficas.

A legitimação dessa postura frente à sexualidade humana se dá de duas formas, em especial: pelo modo como os conceitos são apresentados nos materiais laicos e pelos processos de legitimação das propostas feitas. Vejamos, primeiramente, como os termos “sexo seguro” (exemplos 03 a 07) e “educação sexual” (exemplo 08) aparecem nos materiais analisados:

- (03) O uso da camisinha significa **amor próprio, autocuidado, respeito, proteção e carinho por você e seu parceiro**. (*Caderneta de Saúde da Adolescente*)
- (04) As camisinhas masculina ou feminina **são os únicos métodos que oferecem dupla proteção**: protegem, ao mesmo tempo, de DST/HIV/AIDS e da gravidez. A camisinha é **prática**. É usada apenas na hora da relação sexual e **não atrapalha o prazer sexual**. (*Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo*)
- (05) [É parte dos Direitos Sexuais o] Direito ao **sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS**. (*Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais*)
- (06) Assim, **relações sexuais, sem a proteção da camisinha**, são a principal forma de se pegar o vírus da aids. (*Agenda da Mulher*)
- (07) O **preservativo é, indiscutivelmente, a única medida** que pode reduzir, simultaneamente, os **riscos** da gravidez não planejada e das DST/HIV. (*Anticoncepção de Emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde*)

Considerando os excertos acima, podemos ver como a prática do *sexo seguro* está associada à *proteção – autocuidado – respeito – carinho – direito – segurança – praticidade*. O *sexo seguro* que emana desses materiais educativos é a opção óbvia para qualquer pessoa informada de seus benefícios e eficácia para *tornar o sexo protegido*.

Em relação ao termo “educação sexual”, vejamos o excerto abaixo:

- (08) Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (*Parâmetros Curriculares Nacionais, Orientação Sexual, 5ª a 8ª séries*)

Já a educação sexual (no caso do exemplo acima, a variante *orientação sexual*) é definida como o principal meio de transformar a sociedade, que ainda apresenta traços de preconceito e ignorância, em uma sociedade *informada, pluralista, democrática, responsável, não preconceituosa*. Isso é possível através da divulgação de conceitos, ideias e formas de prevenção de doenças e gravidez indesejada, assim como do combate ao preconceito e às formas de violência sexuais. Ou seja, a educação sexual é vista como algo que promove um bem maior para a sociedade como um todo e que tem como meta final o seu desenvolvimento.

Mas para que o *sexo seguro* e a *educação sexual* possam ser associados a esses valores tão *positivos* (desenvolvimento social, proteção, etc.), o posicionamento laico mostra, explicitamente, sua associação com discursos com alto poder de legitimação, como o discurso científico (exemplos 09 e 10), o jurídico (exemplo 11) e o discurso das organizações internacionais, em especial, da ONU e da OMS (exemplos 12 e 13).

- (09) A experiência e **outros estudos (ARILHA, 1998; HEILBORN, 2002)** têm demonstrado que a gravidez pode ser uma opção para adolescentes nesta faixa etária [...] (*Marco teórico e referencial...*)
- (10) **Enquanto método anticonceptivo científico e aceitável**, a AE [Anticoncepção de Emergência] é algo relativamente recente. (*Anticoncepção de Emergência...*)
- (11) A meta estabelecida para o período de 2004 a 2007 é de aumentar em 50%, em todos os estados, o número de serviços credenciados para a realização de laqueadura tubária e vasectomia, **em conformidade com a Lei n.º 9.263/96**, que regulamenta o planejamento familiar. (*Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo*)
- (12) O Ministério da Saúde toma por base a **definição da OMS**, definindo o público beneficiário como o contingente da população entre 10 e 24 anos de idade. (*Marco teórico e referencial...*)
- (13) A associação mais estudada, **recomendada pela Organização Mundial de Saúde**, é a que contém etinil-estradiol e levonorgestrel. (*Anticoncepção de Emergência...*)

Assim, o co-enunciador dos textos analisados é a todo momento lembrado de que o que ali é proposto é científica e legalmente embasado e é a implementação de diretrizes elaboradas pelas organizações internacionais.

É interessante notar como a presença desses discursos legitimadores faz com que o discurso laico se mostre como acima de qualquer polêmica possível. Até o momento, não pude encontrar textos educativos oficiais em que há um confronto explícito – nos moldes que encontrei no discurso católico, como veremos a seguir. Mas, na verdade, a ausência da polêmica não passa de uma simulação, por assim dizer. O que parece ocorrer, de fato, é que a ausência aparente de um registro polêmico não passa de uma estratégia, também, de legitimação do posicionamento laico. É como se esses textos dissessem, “nas entrelinhas”, que, por terem ao seu lado a Razão, A Justiça e a Voz das Nações, não precisam disputar pela palavra verdadeira a respeito do que seja a melhor educação sexual. No entanto, uma análise mais detalhada vai mostrar que a polêmica está, sim, presente nesses textos, embora de uma maneira bem mais sutil (o que, por questões de espaço, será mostrado em trabalhos posteriores).

Lei, verdade e a vontade de Deus

Por sua vez, a Igreja atua, nesta interação polêmica, de forma bem mais explícita. O combate à proposta laica se dá de forma bastante violenta, fazendo com que seus textos assumam um registro tipicamente polêmico. Da perspectiva católica, qualquer proposta que não seja aquela da castidade e da fidelidade dos casais será avaliada como falsa e perigosa.

- (14) [...] os pais devem também recusar a promoção do dito “**safe sex**” ou “**safer sex**”, **uma política perigosa e imoral** [...] (*Sexualidade humana: verdade e significado*)
- (15) Os preservativos transformam a beleza do ato de amor em uma **busca egoísta por prazer**. (*Family values versus safe sex*)
- (16) Não basta uma educação sexual para explicar como não pegar doenças como a Aids e outras, usando-se preservativos. **A pura banalização do sexo** não torna as pessoas mais aptas para não pegarem **o vírus da irresponsabilidade matrimonial e da falta de compromisso** para se levar a efeito o verdadeiro amor conjugal. (*Bom terreno*)
- (17) O educando deve ser conduzido a crescer como pessoa virtuosa, para a aquisição da aptidão permanente de fazer o bem. E não ser encaminhado à **luxúria** e à **irresponsabilidade**. (*Ajustando os desejos*)
- (18) Em parte alguma se fala destas **sequelas colaterais** [dos anticoncepcionais e da laqueadura], nem da percentagem, não pequena, na **falha do uso dos preservativos**. Perguntamos que esforço fez

o atual governo para desenvolver um verdadeiro trabalho educativo nesse sentido? Aumentou em 100 milhões de reais a campanha dos anticoncepcionais, mas questionamos que quantia destinou para suscitar no Brasil, a implantação de um sadio sistema de educação afetiva e sexual? (**Não um sistema impositivo, estatizante e equacionado numa ideologia reducionista e unilateral**, mas aberto à livre opinião das famílias que são as primeiras educadoras naturais dos filhos em processo de formação). (*Reduzir os custos dos anticoncepcionais basta?*)

A educação sexual, da perspectiva católica, nada tem a ver com anticoncepção ou preservativos. Pelo contrário, a Igreja se opõe radicalmente contra essas práticas – como podemos ver nos excertos acima – e propõe, em contrapartida, a fidelidade entre os casais e a abstinência para os não casados:

- (19) A castidade é uma possibilidade embutida na própria sexualidade humana. Ninguém morre por ser casto ou virgem. Não morremos por falta de sexo, morremos por falta de afeto. **Muitas pessoas guardam a castidade e são sadias, alegres, centradas.** (*Albertina Berckenbrock, um sinal dos tempos*)
- (20) [a sociedade] não sabe compreender de maneira adequada o que sejam **verdadeiramente o dom das pessoas no matrimônio**, o amor responsável e a serviço **da paternidade e da maternidade** [...] (*Sexualidade humana: verdade e significado*)
- (21) [...] **o respeito que sabe esperar e a fidelidade que protege o lar** são os alicerces da construção de uma grande história de amor. (*Namoro e futuro*)
- (22) [...] no sentido ético, **sexo seguro é fidelidade conjugal, humanização da sexualidade, autocontrole e ordenação das paixões desordenadas, como também renúncia, continência, castidade.** A conversão da vida para Deus tem ajudado a viver o sexo seguro. (*Reflexão em torno da Aids*)

Mas não basta apenas afirmar os benefícios (para a alma e para o corpo) da castidade e da fidelidade dos casais. É preciso legitimar essa proposta. Nesse sentido, uma educação sexual a favor da família e da castidade será apresentada, então, como embasada na VERDADE – não uma verdade científica, como ocorre no posicionamento laico, mas aquela que se fundamenta no *plano/projeto de Deus*; está associada, também, à LEI – mas, novamente, não a lei dos juristas, mas a *lei divina*. Portanto, esta proposta preconiza um modo de lidar com a sexualidade que, por obedecer a uma ordem superior, é a *natural*.

- (23) [...] a conexão inseparável que **Deus quis** e que o homem não pode alterar por sua iniciativa. (*Ajustando os desejos*)
- (24) É louvável um **verdadeiro** planejamento familiar, **sem contrariar a lei natural.** (*Vocação matrimonial*)
- (25) **A lei natural determina** que existe um vínculo inseparável entre a relação sexual e a transmissão da vida. Romper artificialmente essa união - como acontece no uso do preservativo - representa **uma grave infração dessa mesma lei natural.** (*Ajustando os desejos*)
- (26) **Ele [Deus] é o autor do matrimônio**, enquanto criador do homem e da mulher. (*O namoro humano*)
- (27) A CNBB reconhece a complexidade humana e busca contribuir para que o homem e a mulher cresçam na conquista dos **verdadeiros valores** que os tornem felizes **conforme os planos de Deus.** (*Programa de distribuição de preservativos*)
- (28) Com ou sem o risco do HIV/Aids, a Igreja sempre defendeu a educação para a castidade, a abstinência antes do casamento e a fidelidade conjugal, que são **as expressões autênticas da sexualidade humana.** (*Family values versus safe sex*)

No entanto, a defesa da castidade e do matrimônio se “justifica” não apenas porque esse é o *projeto de Deus* para a sexualidade humana, portanto, a opção *natural, verdadeira, autêntica*, etc., mas também porque uma educação sexual que segue esses princípios é

o único meio de garantir *a dignidade/ a ordem/a disciplina das pessoas e da sociedade*. Trata-se, enfim, de uma proposta que *humaniza, verdadeiramente*, as pessoas.

- (29) Pela castidade **humanizamos nossos instintos, ordenamos os afetos desordenados**, nos libertamos da escravidão das paixões e das pulsões. Castidade tem muito a ver com liberdade, maturidade, **humanização de si**. (*Albertina Berckenbrock, um sinal dos tempos*)
- (30) Precisamos defender a todo custo o valor e a centralidade, quer do matrimônio como da família, para a **serenidade dos filhos**, a **ordem social**, a **segurança pública** e a **sociedade equilibrada**. (*O encontro mundial das famílias*)
- (31) [A família] É o primeiro **lugar de humanização da pessoa e da sociedade**. (*Por uma cultura da família*)
- (32) A família é uma escola. Desde o útero a família exerce a **função educativa, cultural, humanizadora** [...] (*Por uma cultura da família*)

Por fim, é possível identificar mais um conjunto de argumentos que diz respeito àquilo que deve ser combatido. Em última instância, os elementos desse conjunto funcionam como argumentos definitivos para os outros dois: quando a proposta de educação sexual católica não é aplicada, temos uma sociedade decadente, onde impera o caos e onde os indivíduos se distanciam de sua essência humana, tornando-se animais.

- (33) Fixando-se mais no **animalesco** do que no sentido da vida plenificado com valores éticos, morais e sociais, a pessoa está sujeita à **irracionalidade do uso e da busca do prazer momentâneo** como sendo isto absoluto. (*Vocação matrimonial*)
- (34) **O mundo não evoluiu depois da revolução sexual**, pelo contrário, o que aumentou foi a **Aids**, o **alcoolismo**, o **consumo de drogas**, a **decadência familiar**, a **exploração de crianças**. (*Albertina Berckenbrock, um sinal dos tempos*)
- (35) O prazer egoísta é **desumano**. [...] O erotismo é **egocêntrico, vingativo, sedutor** e **ilusório**. **A revolução sexual não tornou a humanidade mais feliz**. (*Reflexão em torno da Aids*)
- (36) Os **animais têm instinto gregário**, os **humanos têm pulsão familiar**. (*Por uma cultura da família*)

Minha proposta é, assim, a de que o discurso católico a respeito da educação sexual se organiza por inteiro em torno desses três conjuntos de temas. Desse modo, um protótipo de enunciado que estaria completamente de acordo com o *optimum semântico* (MAINGUENEAU, 1984) desse posicionamento (e que reúne, portanto, elementos desses três conjuntos) poderia ser: *O incentivo da prática da [castidade] para não casados e da [fidelidade no matrimônio] são os únicos modos [verdadeiros] e [naturais] de educar sexualmente os indivíduos da sociedade, pois são os únicos que respeitam o [projeto de Deus] e, por isso, conferem [ordem] e [disciplina] para as pessoas e para a sociedade e [humanizam] o lado animal do homem.*

Comentários finais

O trabalho que apresentei agora é o recorte de uma pesquisa mais ampla, cuja meta final é definir um modelo semântico para os posicionamentos laico e católico a partir da relação polêmica entre esses dois discursos.

Para o momento, quero chamar a atenção para como as formulações *educação sexual* e *sexo seguro* condensam uma relação polêmica e colocam em cena muitos outros elementos, sinalizando, no espaço público, a existência de duas discursividades típicas de nossa sociedade a respeito da sexualidade dos indivíduos. Por um lado, a legitimação

da proposta laica de educação sexual – que inclui não apenas o uso de preservativos e de anticoncepcionais, mas a defesa do direito de todo ser humano exercer sua sexualidade de maneira livre e segura – passa, necessariamente pelos discursos científicos e jurídicos. O apelo a esses discursos revela muito a respeito do funcionamento de políticas públicas no “processo civilizatório” de uma sociedade e no modo como o Estado pode atuar nesse processo. É, portanto, revelador de traços característicos não só do posicionamento laico, mas do campo em que tal posicionamento se insere e de um período histórico específico. Impõem, também, um jeito específico de aderir à polêmica: um modo polido, indireto, em um tom típico de quem tem a razão ao seu lado.

Por outro lado, o sentido dessas formulações muda profundamente quando proferidos por um enunciador católico. A legitimação de sua proposta se ancora totalmente no interior do campo religioso, embora vez ou outra a ciência e a lei sejam evocadas para garantir a defesa da vida desde a concepção e o direito dos pais de negarem uma educação secularizada. Porém, em última instância, ser casto e/ou fiel ao cônjuge é a melhor escolha porque esse é o plano de Deus para a humanidade. E, novamente, os argumentos que legitimam sua proposta conferem, também, um tom ao enunciador católico quando polemiza: um tom muito mais acusatório e violento.

Assim, vemos como o “sentido verdadeiro” dessas formulações é reivindicado pelos enunciadores desses discursos. Como afirma Krieg-Planque (2010 [2009]), as fórmulas apresentam uma situação em que há um *significante partilhado*, porém com seu *significado disputado*. *Educação sexual* e *sexo seguro* estarão associados à castidade e à família ou a direitos humanos e sexo com camisinha, conforme se entenda por verdade o plano de Deus para a humanidade ou diretrizes embasadas em um saber científico e na lei dos homens.

Por fim, chamo a atenção para a compatibilidade – e até mesmo complementaridade – entre essas duas unidades de análise discursiva: as fórmulas e os posicionamentos discursivos. Os posicionamentos são representantes daquilo que Maingueneau (2006) denominou de unidades tópicas, cuja característica principal são suas fronteiras mais delimitadas; já as fórmulas são um tipo de *corpora* que o autor chamou de “unidades não-tópicas”, isto é, unidades de análise que dependem de fronteiras estabelecidas pelo analista – que irá delimitá-las não ao seu bel-prazer, mas segundo critérios históricos. Dentre as unidades que podem ser assim definidas, estão os *percursos*, dos quais as fórmulas são um tipo específico. Nesse tipo de *corpora*, o analista não busca mais espaços de coerência de onde emergiriam enunciados de um determinado tipo, mas unidades de diversas ordens (lexicais, fragmentos de textos, fórmulas, slogans etc.) provenientes do interdiscurso e que circulam com usos muitas vezes contraditórios.

Embora seja possível privilegiar, de um ponto de vista metodológico, uma certa unidade – no meu caso, dois posicionamentos discursivos e como se relacionam de maneira constitutivamente polêmica – as fronteiras das unidades mais topicalizadas não são impermeáveis e imóveis. Na verdade, a própria proposta de Maingueneau a respeito da constituição das identidades discursivas através da relação polêmica coloca em xeque a noção de interior e exterior discursivos ao definir como unidade de análise pertinente não um discurso fechado em si, mas um espaço de trocas delimitado no interdiscurso. Assim, a definição de unidades tópicas para formar um *corpus* não livra o analista de enfrentar o fato de que “o sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e forças que excedem toda localidade. Situação eminentemente

desconfortável, porque vemos, assim, se justaporem, isto é, se imbricarem, muitas vezes na mesma pesquisa, dois modos de abordagem heterônimos” (MAINGUENEAU, 2006, p. 24).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDES, Orlando. *O encontro mundial das famílias*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 27 jan. 2009a. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/om-orlando-brandes/5279-o-encontro-mundial-das-familias>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. *O namoro humano*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 12 jun. 2009b. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/om-orlando-brandes/5268-o-namoro-humano>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. *Por uma cultura da família*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 28 jul. 2008a. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/om-orlando-brandes/5297-por-uma-cultura-da-familia>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. *Albertina Berckenbrock, um sinal dos tempos*. Comissões Episcopais – Vida e Família. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 20 jun. 2008b. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/vida-e-familia/570-albertina-berckenbrock-um-sinal-dos-tempos>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. *Reflexão em torno da AIDS*. Artigo. Comissão Nacional da Pastoral Familiar. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 1 dez. 2007. Disponível em: http://www.cnpf.org.br/novo_site/artigos/artigo.asp?id=445. Acesso em: 15 fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Caderneta de Saúde da Adolescente*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006a.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006b.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Agenda da Mulher*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006c.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005a.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Anticoncepção de Emergência: perguntas e respostas para profissionais de Saúde*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Volume 10: Diversidade Cultural, Orientação Sexual. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 1997.

CIFUENTES, Rafael Llano. *Programa de distribuição de preservativos*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 9 set. 2003. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=2972>. Acesso em: 26 fev. 2007.

_____. *Reduzir os custos dos anticoncepcionais basta?* Comissões Episcopais – Vida e Família. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/vida-e-familia/568-reduzir-o-custo-dos-anticoncepcionais-basta>. Acesso em: 28 set. 2009.

KRAPF, Cristiano Jakob. *Namoro e futuro*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 22 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/3124-namoro-e-futuro>. Acesso em: 28 set. 2009.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Sírio Possenti e Luciana Salgado. São Paulo: Parábola, 2010. [2009]

MAINGUENEAU, Dominique. Entrevista com D. Maingueneau. *Revista Linguagem*, v. 10, out. 2009. Entrevista concedida a Roberto Leiser Baronas (UFSCar) e Fernanda Mussalim (UFU). Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao10/entrevista_maingueneau.php. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. Unidades Tópicas e Não-Tópicas. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). *Cenas da enunciação*. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006. p. 9-24.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005. [1984]

MOURA, José Alberto. *Bom terreno*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 28 jul. 2008. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/3876-bom-terreno>. Acesso em: 28 set. 2009.

_____. *Vocação matrimonial*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 24 ago. 2009. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/3829-vocacao-matrimonial>. Acesso em: 28 set. 2009.

OPPERMAN, Aloísio Roque. *Ajustando os desejos*. Artigos dos Bispos. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 7 abr. 2009. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/2251-ajustando-os-desejos>. Acesso em: 28 set. 2009.

TRUJILLO, Alfonso López; SGRECCIA, Elio. *Sexualidade humana: verdade e significado* – Orientações educativas em família. Conselho Pontifício para a Família. 8 dez. 1995. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_08121995_human-sexuality_po.html. Acesso em: 16 jul. 2007.

TRUJILLO, Alfonso López. *Family values versus safe sex*. Conselho Pontifício para a Família. 1 dez. 2003. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20031201_family-values-safe-sex-trujillo_en.html. Acesso em: 8 jan. 2008.